

Jornal da

 **APESP**

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 107 | OUT. 2023


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO 9 DE JULHO

**ALESP terá um 4º trimestre com
questões essenciais à PGE-SP**

A união faz a força!

A verdade por trás de um clichê

Ao celebrarmos 75 anos de história da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, é impossível não se maravilhar com o caminho que percorremos. Cada batalha vencida, cada precedente estabelecido e cada avanço alcançado são testemunhos do compromisso incansável de nossos membros, tanto os da ativa quanto os aposentados, com a defesa do interesse público e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Olhando para o presente, vemos o fruto do labor de gerações passadas. As lutas e vitórias daqueles que agora desfrutam da merecida aposentadoria são os pilares sobre os quais erguemos nossa atuação hoje. Muitas das conquistas que hoje celebramos com orgulho e que beneficiam todos os membros da PGE têm suas raízes profundas na luta incansável daqueles que agora desfrutam de merecido descanso após anos de dedicação. Os associados aposentados, cujo compromisso e determinação pavimentaram o caminho para o sucesso da associação, merecem nosso respeito e gratidão.

Por outro lado, os associados da ativa trazem consigo o vigor, a inovação e a energia necessária para enfrentar os desafios contemporâneos. São os motores da renovação e da adaptação, mantendo a Associação sintonizada com as demandas do presente. A conjunção destas forças, a experiência consolidada e o ímpeto da juventude, é um casamento perfeito para a construção de uma entidade robusta, capaz de resistir às intempéries e prosperar em qualquer ambiente político-jurídico.

É imperativo reconhecer que o diálogo e a colaboração entre as diferentes gerações de Procuradores são o fio condutor de nossa força. A troca de conhecimento entre ambas as gerações é crucial. Os mais jovens têm a oportunidade de aprender com as vicissitudes enfrentadas pelos seus predecessores, evitando repetir erros do passado e acelerando o seu nosso avanço institucional. Por sua vez, graças à interação com os membros da ativa, os aposentados são desafiados a manter-se atualizados, a absorver as inovações tecnológicas e a compreender as complexidades das questões contemporâneas.

É preciso união entre todos para fortalecer nossos laços institucionais e a coesão da classe. Só assim criaremos um senso de continuidade e pertencimento, em que os que estão na ativa hoje vejam claramente o legado que estão construindo, e os que já trilharam esse caminho sintam que o seu trabalho é valorizado e perpetuado. Esta sinergia é uma fonte inesgotável de inspiração e motivação para todos.

A APESP pode e deve ser esse canal e fonte de união, com a criação de fóruns de diálogo regulares, onde os associados da ativa e os aposentados possam compartilhar experiências, discutir desafios e propor soluções conjuntas. Juntos, somos mais do que a soma de nossas partes e estaremos prontos para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Por mais clichê que possa parecer, a verdade é que “a união faz a força” continua a ser um lembrete poderoso de que juntos somos capazes de superar os maiores desafios.

Fabrizio de Lima Pieroni

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2022 | 2023

PRESIDENTE

Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE

Mara Christina Faiwichow Estefam

SECRETÁRIO-GERAL

José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA

Monica Maria Petri Farsky

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Patrícia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Ana Clara Quintas David

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES
FORA DA CAPITAL

Maria Cecília Claro Silva

DIRETORA DE PRERROGATIVAS

Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfica

Marcos Fabio de Oliveira Nusdeo

Mirna Cianci

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Eduardo Bordini Novato

Pedro Henrique Lacerda Barbosa Ladeia

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

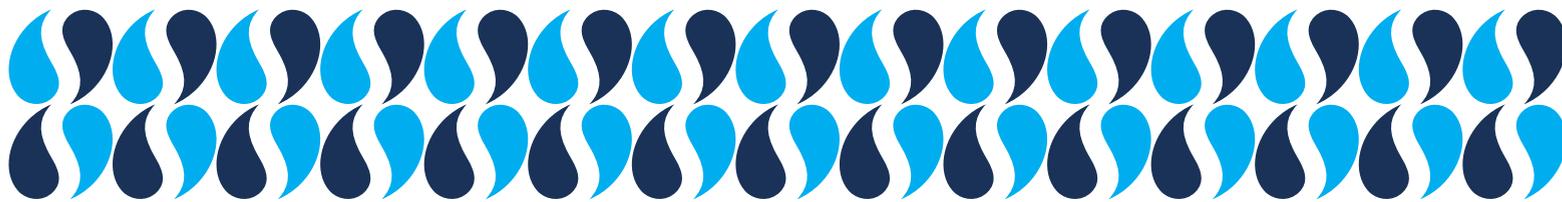
FOTOS

Acervos APESP e ANAPE

Agências Câmara e Senado

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 18/10/2023



ARTIGO

Balanço do primeiro biênio do Plano de Saúde da APESP: uma iniciativa de sucesso e a responsabilidade de todos para a manutenção da sua sustentabilidade.

por **PATRICIA ULSON PIZARRO WERNER**, *Procuradora do Estado (PGE/SP) e Diretora de Previdência e Convênios da APESP*

1. A Criação do Plano de Saúde da APESP e sua evolução.

O lançamento do Plano de Saúde da APESP atendeu a um anseio antigo de nossos Associados diante do elevado custo e da impossibilidade de negociação dos reajustes e das condições dos serviços oferecidos pelos planos coletivos disponíveis no mercado.

Nesse cenário a Diretoria da APESP estudou várias propostas e, após uma longa e detalhada negociação, conseguiu estabelecer uma parceria inédita com a Seguros Unimed a partir da construção de uma modelagem exclusiva, com foco em garantir (i) a transparência da gestão, com monitoramento da sinistralidade e dos índices de reajuste; (ii) o controle dos serviços prestados, com foco no atendimento personalizado; (iii) a qualidade dos serviços prestados pela operadora; (iv) o melhor preço; (v) a capilaridade, com abrangência nacional, (vi) a ausência de intermediários.

Importante esclarecer que a escolha da operadora levou em consideração a elevada nota da Seguros Unimed perante a Agência Nacional de Saúde (ANS), cotada entre as 3 (três) melhores operadoras do país segundo o Índice de Regulação Prudencial, que leva em conta fatores como receitas total, modalidade de operadora, liderança no mercado relevante e operações verticalizadas e beneficiários médico-hospitalares¹.

O desafio seguinte foi conseguir a adesão de um número de no mínimo 500 (quinhentas) vidas em aproximadamente um mês, durante um período muito complexo por força

das restrições impostas pela decretação da emergência em saúde pública Covid-19. Lançamos uma campanha forte e muito sincera dirigida a todos os Associados, apontando os benefícios, as falhas e os riscos da proposta e, assim, o Plano passou a vigor no dia 1/6/21 com 571 (quinhentas e setenta e uma) vidas, evoluindo em seu primeiro biênio para 1070 (mil e setenta vidas)², um aumento de aproximadamente 187%, dado muito significativo que implica o aumento da responsabilidade de gestão do plano de forma íntegra, consciente, ponderada e transparente.

2. O perfil atual do Plano de Saúde da APESP: a busca do equilíbrio entre sinistralidade e custo.

A sinistralidade é um dos indicadores mais relevantes na operação dos planos de saúde e representa, em síntese, a quantidade de procedimentos feitos pelos beneficiários (sinistros/contraprestações) e o valor pago para a operadora (prêmio), sendo esse o indicador essencial a ser monitorado pela APESP³.

Em seu primeiro ano de vigência o plano teve reajuste zero (2021-2022) e, no segundo, reajuste de 9,63% (2022-2023), seguindo os parâmetros fixados pela ANS. A evolução positiva da relação da qualidade da rede credenciada e o valor da mensalidade da nossa carteira depende da possibilidade contratual de a APESP ter acesso e monitorar periodicamente a sinistralidade junto à Operadora, além de avaliar a opção de aplicar a cláusula contratual que permite a negociação da redução do índice do reajuste anual (risco da sinistralidade).

1 Para saber mais: [Manual_Classificacao_Proporcional_RN_475.pdf \(www.gov.br\)](#) e Resultado do IDSS (Programa de Qualificação de Operadoras - ano-base-2021 - última atualização): [ans.gov.br/qualificacao_consumidor/informacoes_operadora.asp?co_operadora_param=000701&cd_processamento_param=20220101#consulta_idss](#). Visto em 6.8.23.

2 Referência 1/8/23.

3 Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). Boletim panorama: saúde suplementar [recurso eletrônico]. v.1 n. 1, 1º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: Disponível em: [PanoramaSaudeSuplementar01_julho2023.pdf](#), visto em 5/8/23.

Apesar dos avanços conquistados, não podemos esquecer de que o setor de saúde suplementar vem enfrentando problemas seriíssimos com a chamada inflação dos custos de serviços e insumos, aumento da sinistralidade e com o envelhecimento da população; assim, é necessária a promoção do uso consciente e responsável do Plano de Saúde da APESP, uma vez que pequenas práticas individuais parte de cada beneficiário geram grande impacto no resultado global do cálculo do risco sinistralidade. A lógica a ser adotada é a seguinte: para nossa carteira ter uma boa prática atuarial precisamos de uma gestão eficiente, estimular a mudança do comportamento do usuário e investir em ações de prevenção. Em síntese, não há outra solução, pois se subir a sinistralidade, os custos crescerão de forma proporcional, em escala exponencial.

É importante registrar que o monitoramento da sinistralidade é feito com respeito integral às regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assim, as orientações e campanhas educacionais para o uso consciente do Plano de Saúde da APESP tem caráter genérico, cabendo a cada beneficiário adotar individualmente as medidas recomendadas.

O primeiro biênio de vigência do Plano formatou o perfil do usuário da APESP, assim, pode-se registrar que o aumento da sinistralidade teve como causa principal o aumento do número de pedidos de reembolsos e, em segundo lugar, do número de internações.

Esses dados demonstram um perfil inicial atípico, razão pela qual traçamos recomendações essenciais a serem seguidas visando a manutenção da estabilidade da nossa carteira.

3. Desafios para manter a sustentabilidade do Plano de Saúde da APESP: a cultura de boas práticas e adequação da Estatuto da APESP para garantir uma administração segura e transparente.

3.1. Alta taxa de pedidos de reembolsos

A lógica financeira da sustentabilidade do Plano de Saúde é compreender que o custeio do valor dos reembolsos é feito a partir de um fundo mutual gerado pelo recolhimento das mensalidades. Na prática, forma-se uma poupança coletiva e sua utilização consciente a partir da adoção de uma cultura educacional de boas práticas pelos beneficiários faz toda a diferença para construção de matrizes sólidas para uma gestão eficiente.

Parte-se da premissa de que as seguradoras são obrigadas a ofertar a possibilidade de livre escolha por médicos, laboratórios e hospitais, com o posterior reembolso do valor

desembolsado, conforme regras do plano contratado, mas por outro lado gera um dever de a seguradora exigir o cumprimento dos requisitos pelos beneficiários que optaram pela livre escolha dos profissionais ou serviços de saúde, prezando pela correta gestão dos recursos coletivos.

A APESP vem acompanhando um movimento muito mais amplo, ainda fluido, que envolve o setor de Saúde Suplementar e recomenda a todos beneficiários a tomar muito cuidado para evitarmos as fraudes, muitas vezes propostas pelos prestadores de serviços, sem a consciência, pelo beneficiário, dos enormes prejuízos causados ao fundo mútuo, não somente contra a Seguradora, mas, principalmente, em relação aos demais beneficiários⁴.

Merece especial alerta a fraude na qual o prestador de serviços pede o fornecimento do *login* e senha de acesso ao aplicativo da operadora para inflacionar valores e solicitar pagamentos de exames e procedimentos não realizados (reembolso sem desembolso)⁵.

Da mesma forma, a solicitação de pedido de reembolso de procedimentos não cobertos pelo rol contratado caracteriza ardid quando alterados via emissão de nota fiscal que registra outro tipo de procedimento com a devida cobertura, exemplo habitual desta prática é a execução de procedimentos estéticos não cobertos pelo Plano, os quais são pagos pelo usuário diretamente, enquanto o prestador de serviços fornece nota(s) fiscal(is) alteradas com o registro de procedimentos com a devida cobertura.

O tema tem ganhado grandes proporções no setor da saúde suplementar, seja perante a Agência Reguladora (ANS), seja perante o Poder Judiciário e, se detectada a fraude, pode haver consequências criminais, administrativas e trabalhistas⁶.

3.2. Necessidade de adequar o Estatuto

4 Recomenda-se ouvir o Podcast: as queixas de clientes, as fraudes em reembolsos e a crise dos planos de saúde. Entrevista com a repórter Claudia Colluci. Folha de São Paulo. Podcast *Café de Manhã*. 14/6/23. Disponível em [Podcast explica a crise dos planos de saúde - Folha - 14/06/2023 - Podcasts - Folha \(uol.com.br\)](#)

5 RESp 1.959.929/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, julgado dia 22/11/22.

6 Para saber mais: [ANS deve aproximar contato com planos para combater fraudes, diz Rebello \(jota.info\)](#); [Fraude na saúde suplementar: Um crime sem vítimas \(migalhas.com.br\)](#); [A crise na saúde suplementar - Anahp](#); [Plano de saúde vira caso de polícia: já são 135 inquéritos para apurar fraude com reembolso \(globo.com\)](#); [Reembolso sem desembolso e as fraudes nos seguros saúde | FenaSaude](#); [Juízes proíbem pedido de reembolso em nome de paciente - 28/05/2023 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](#)



da APESP à nova missão de administrar o Plano de Saúde*

Nesse cenário cabe à APESP a responsabilidade pelo gerenciamento do Plano de Saúde com o fim de viabilizar a sua sustentabilidade com objetivo de assegurar 3 (três) eixos fundamentais: (i) assegurar a alta qualidade dos serviços ao longo do tempo; (ii) manter o controle da sinistralidade; (iii) zelar pela segurança financeira visando cumprir os compromissos assumidos.

Para tanto é necessário avaliar estatutariamente a criação de 2 (dois) pilares fundamentais de gestão: (i) As diretrizes para formação do Fundo Garantidor do Plano de Saúde da APESP e (ii) Criar o Comitê Gestor do Plano de Saúde da APESP.

3.2.1. Criação do Comitê Gestor do Fundo do Plano de Saúde da APESP -

É necessário criar um Comitê para gerir o Plano de Saúde, composto paritariamente por Associados beneficiários regulares do Plano e membros eleitos da Diretoria com o fim de administrar o *Fundo Especial do Plano de Saúde da APESP*, com ênfase nos seguintes pontos: (i) assegurar que se atinja o valor mínimo correspondente a 3 (três) meses do valor do prêmio a ser pago pela APESP à seguradora; (ii) monitorar a qualidade dos serviços prestados aos Associados-beneficiários e seus dependentes; (iii) avaliar periodicamente o desempenho financeiro do plano e do fundo, seus riscos e soluções de como mitigar possíveis im-

pactos negativos, em especial, o aumento da sinistralidade e cumprimento das normas referentes ao setor regulatório da saúde suplementar; (iv) deliberar sobre a gestão do risco da sinistralidade com a finalidade de reduzir o índice de reajuste anual; (v) garantir a transparência integral da gestão do fundo; (vi) proteger todos os beneficiários nos termos da legislação vigente e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); (vii) acompanhar e sugerir o aperfeiçoamento da qualidade do atendimento prestado ao Associado-beneficiário pela própria APESP e pela Seguradora.

3.2.2. Criação do Fundo Especial do Plano de Saúde da APESP

Criar o Fundo Financeiro de Gestão do Plano composto essencialmente por um percentual a ser definido com base na taxa recebida pela APESP pela administração do plano, com o objetivo de garantir, essencialmente: (i) reserva financeira para a APESP cumprir as obrigações contratuais assumidas perante a operadora de saúde⁷; (ii) negociar o controle da sinistralidade.

O Plano de Saúde da APESP foi concebido com muita seriedade visando cumprir o compromisso assumido de criar uma alternativa eficiente no âmbito da Saúde Suplementar, porém, não existe saída mágica na sua administração: a sustentabilidade do Plano de Saúde da APESP requer o uso consciente, responsável e solidário por parte de cada um dos seus beneficiários visando garantir da integridade do fundo mútuo, o qual requer uma gestão sensata e transparente. Vida longa ao Plano de Saúde da APESP!

* A APESP realizou Assembleia Geral em 12/9/23, mas as deliberações sobre mudanças no Estatuto foram canceladas. Leia mais na página 6.

⁷ A primeira fatura do Plano foi no valor de R\$ 579.103,81, paga em 24/06/2021 e a atual R\$ 1.387.670,71 (referente a 15/09/2023).

BARRA HISTÓRICA PLANO SAÚDE APESP



Deliberações sobre mudanças no Estatuto da APESP foram canceladas

A APESP realizou, em 12 de setembro, um Assembleia Geral Extraordinária para deliberação da mudança do Estatuto da entidade, com um quórum de 306 votantes, sendo 132 associados presenciais e 174 representados por meio de procurações.

O Presidente da Associação, Fabrizio Pieroni, deu início aos trabalhos e explicou o procedimento de alteração estatutária junto à Diretoria, ao Conselho Assessor e ao Colégio de Presidentes da APESP, assim como a forma como seria conduzida a votação.

Nesse momento, foi apresentada uma questão de ordem pelas associadas Sandra Regina de Souza Artioli e Gisela Zilsch, que apresentaram documento impresso, assinado por mais de 200 (duzentos) associados em grupos de

whatsapp, com solicitação de suspensão da Assembleia com a alegação de que não houve tempo hábil para discussão das propostas por parte dos associados.

A questão de ordem foi votada pelos presentes, não se obtendo o quórum necessário (2/3 dos votos), segundo o artigo 43 do Estatuto, para o seu acolhimento. Dessa forma, a Assembleia teve prosseguimento, com manifestações contrárias e favoráveis por sua continuidade.

Posteriormente, diante do adiantado da hora e da constatação de que não haveria possibilidade de votação de dezenas de propostas de alteração, assim como da falta de consenso entre os presentes, o Presidente da APESP determinou o cancelamento da AGE.



Assembleia Geral realizada no Espaço APESP

ALERTA

Aumentam os casos de tentativas de golpe relacionados às ações judiciais e precatórios

A APESP alerta os seus associados, especialmente aposentados e pensionistas, que falsos advogados estão entrando em contato para atuar na ação do "teto 100" e em levantamentos de precatórios. Os golpistas têm utilizado o nome da Associação, de seus dirigentes e de funcionários para solicitar dinheiro.

Jamais façam depósitos ou pix em razão desses contatos e sempre busquem informações diretamente com a Associação pelo telefone/whatsapp (11) 3293-0800.

Destacamos que a Diretoria da APESP fez em 21 de setembro um boletim de ocorrência no 3º Distrito Policial (Campos Elíseos) e representou pela abertura de inquérito policial de estelionato para que sejam tomadas as medidas cabíveis.





LEGISLATIVO ESTADUAL

ALESP terá um 4º trimestre com questões essenciais à PGE-SP

Nesse segundo semestre, o parlamento paulista discutirá temas muito importantes e sensíveis para a PGE-SP. Ao menos quatro projetos tramitarão (ou já estão em andamento) na ALESP versando sobre as atribuições e a estruturação da Instituição, bem como a valorização dos Procuradores do Estado de São Paulo.

“A APESP manterá seu trabalho diuturno para explicar e convencer os Deputados e lideranças partidárias sobre a importância do fortalecimento da Procuradoria paulista. Esse deve ser sempre o norte dos nossos parlamentares: uma PGE-SP forte e estruturada”, frisa o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

PLC 31/2017

A Associação trabalhará pela aprovação do PLC 31/2017, nos termos da emenda aglutinativa apresentada em 2022 pelo então líder do Governo, Deputado Vinicius Camarinha (PSDB), que mantém a versão original da proposta, incluindo a criação da licença compensatória.

O Deputado Gilmaci Santos (Republicanos), 1º Vice-presidente da ALESP e Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, recebeu em 16 de agosto a Diretoria da APESP para tratar dos projetos de interesse da carreira. Participaram da reunião o Presidente da APESP Fabrizio Pieroni, o Secretário Geral José Luiz Souza de Moraes e a Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais Ana Clara Quintas David. Entre os temas abordados, estiveram o PL 1245/2023 (transação tributária), o PLC 31/2007 e a proposta de criação de uma carreira de apoio na PGE-SP.



Carreira de apoio e defesa dos agentes públicos

A APESP atuará pela aprovação da proposta conforme aprovada no Conselho da PGE-SP no último mês de julho, com as seguintes premissas:

- ▶ a criação de 735 cargos de analista de Procuradoria e de 125 cargos em comissão de assessor de Procuradoria e assessor especial de Procuradoria;
- ▶ a alteração da base de cálculo da GAE, passando a incidir sobre o total de vencimentos do Procurador Nível I (dispositivo também previsto no PLC 31/2017);
- ▶ a alteração do sistema de promoção na carreira, promovendo automaticamente os integrantes do nível I para o nível II na conclusão do período do estágio probatório (dispositivo também previsto no PLC 31/2017);
- ▶ inclusão da representação de agentes públicos, nas ações judiciais e processos administrativos, condicionada à prática de ato em consonância com orientação formal emitida pela PGE-SP.

Por outro lado, a APESP também buscará incluir a licença compensatória nesse texto, caso a iniciativa já não parta do Governador Tarcísio de Freitas. “A licença compensatória é fundamental para que a carreira possa desempenhar com justiça as novas atribuições que o próprio projeto proporá, como a defesa dos agentes públicos”, completa Pieroni.

Até o fechamento dessa edição, o Governador não havia enviado o projeto para a Assembleia.

Controladoria Geral do Estado e as atribuições da PPD

A APESP e o Gabinete da PGE-SP têm um trabalho conjunto a desempenhar na Assembleia quanto aos pleitos convergentes (transação tributária, carreira de apoio e licença compensatória).

Todavia, a Associação estará do “outro lado da trincheira” no que se refere à Proposta de Emenda Constitucional nº 9/2023 que visa retirar da PGE-SP a competência de presidir os Processos Disciplinares e extinguir a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares (PPD). Em sessão extraordinária, realizada em 23 de agosto, o Conselho da PGE-SP deliberou, por maioria de votos, opinar pela viabilidade jurídica da alteração.

Em reunião de Diretoria, a Associação firmou posição contrária à retirada dessa função da PGE-SP. “É uma atribui-

ção, embora atípica da Advocacia Pública e não exclusiva da PGE-SP, realizada há décadas pela Procuradoria. Temos *know-how*, estrutura e memória histórica nessa atuação e não podemos perdê-la”, frisa Fabrizio Pieroni.

Segundo Pieroni, trata-se de um desejo do atual Governo, assim como a defesa dos agentes públicos, e, dessa forma, a PGE-SP precisa ser firme e condicionar tais alterações a melhores condições para que os Procuradores possam realizar as suas atividades típicas.

“Nessa batalha, a APESP atuará de forma contrária à aprovação junto aos parlamentares, em razão dessa triste diminuição de competência de nossa Instituição que não pode ser passivamente aceita pelos Procuradores”, complementa o Secretário Geral da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Transação Tributária

O Projeto de Lei nº 1245/2023, que dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica e sobre a cobrança da dívida ativa do Estado de São Paulo, foi aprovado no último dia 17 de outubro.

A proposta prevê a incidência de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor total da dívida atualizada, destinados à PGE-SP, na hipótese de quitação da dívida, em decorrência de utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título.

“Trabalhamos junto aos Deputados e lideranças partidária pela aprovação do projeto, pois a cobrança extrajudicial de débitos fiscais tem sido um instrumento essencial na cobrança da dívida ativa e nada justifica o não pagamento de honorários aos Procuradores dos Estados”, destaca Pieroni.

A preocupação com a redução da arrecadação de honorários advocatícios em razão da prioridade institucional dada ao protesto e cobrança extrajudicial em detrimento da execução fiscal sempre foi externada pela APESP em inúmeras reuniões do Conselho e também em reuniões com últimos Procuradores Gerais que estiveram à frente da Instituição.

Em 10/8/2022, o Presidente da APESP encaminhou um ofício à Procuradora Geral, Inês Coimbra, solicitando que fosse encaminhado um projeto de lei à ALESP para garantir a destinação de honorários advocatícios aos Procuradores do Estado na hipótese de quitação extrajudicial da dívida ativa. O requerimento foi lastreado pela decisão unânime do STF proferida na ADI 5910/RO, considerando a medida constitucional.





ROQUE DE SÁGÊNCIA SENADO

Sessão de debates temáticos para discutir a Reforma Tributária com os Governadores no Plenário do Senado Federal.

Reforma tributária: criação do Conselho Federativo causa preocupação entre os Governadores

A PEC 45/2019, que propõe uma Reforma Tributária, está sob análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, com a relatoria do Senador Eduardo Braga (MDB-AM). A proposta, de autoria do Deputado Baleia Rossi (MDB-SP), foi aprovada na Câmara dos Deputados no último mês de julho.

Um dos pontos que mais causa preocupação nos Governos estaduais é a criação e regulamentação do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, que terá a função de apurar a distribuição do imposto sobre bens e serviços (IBS) entre Estados e Municípios.

“Esse Conselho, que terá independência técnica, administrativa e financeira, podendo, inclusive, editar normas, uniformizar entendimentos e fazer o Contencioso administrativo do novo tributo, contará com uma grande representatividade dos Procuradores dos Estados e

do DF”, salienta o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

Segundo Pieroni, durante a tramitação da Reforma Tributária e, posteriormente, no momento de toda a regulamentação, será preciso também observar os interesses do Estado de São Paulo em toda essa conjuntura.

Além desse órgão, a PEC 45/2019 propõe a extinção de cinco impostos, entre eles o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), e a criação de um tributo único (o imposto sobre bens e serviços – IBS).

Diretoria visita PGE-SP Regionais de Santos, Taubaté e São Carlos

Nos últimos meses, a Diretoria da APESP deu continuidade ao projeto "APESP na Estrada" ao visitar as Procuradorias Regionais de Santos, Taubaté (incluindo a Seccional de São José dos Campos) e São Carlos (incluindo a Seccional de Araraquara) para detalhar a atuação da entidade e colher os principais pleitos dos colegas.

Nesses encontros, a Associação foi representada pelo Presidente Fabrizio Pieroni, pela Diretora Financeira, Monica Petri Farsky, pelo Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes, pela Diretora de Comunicação, Marialice Gonçalves, a Diretora do Interior e demais Unidades fora da Capital, Maria Cecília Claro Silva e a Conselheira Assessora, Cintia Oréfica.

Pieroni detalhou novamente o trabalho da atual gestão da APESP. "Vamos atuar pela carreira de apoio, pela proposta sobre a transição tributária e pela criação verbas indenizatórias e licenças compensatórias para fazer frente às atividades extraordinárias", registra Pieroni.

Nas reuniões, os outros temas de interesse abordados foram a execução coletiva do "teto 100", a desterritorialização e os núcleos criados na PGE-SP, o pagamento do "capacitas", o acompanhamento do sistema *Attornatus* e a alteração das atribuições da PPD.

Ademais, os dirigentes da Associação voltaram a apontar as iniciativas da entidade de aproximação com os colegas do interior, com o oferecimento de serviços, benefícios e atividades esportivas, tais como o Clube de Vantagens, o *Gympass*, os cursos de idiomas *on-line*, as corridas de rua e o Plano de Saúde da APESP.

Para a Diretora Financeira da APESP, Monica Petri Farsky, "ao visitar as Regionais, é possível presenciar a pujança econômica de São Paulo. Nesse sentido, é muito gratificante saber que os interesses do Estado nessas regiões estão resguardados por colegas tão qualificados".

"Gostaria de agradecer aos colegas de Santos, São Carlos e Taubaté pela receptividade e também pela disposição de compartilhar conosco as reais e prementes necessidades da carreira e das Unidades", registra o Secretário Geral da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

ROTEIRO

Santos – 28 de junho



Visita na PR de Santos

A reunião em Santos ocorreu na nova sede da Procuradoria, situada no bairro do Gonzaga (Rua Marcílio Dias, 170, 4º andar), que oferece um local de trabalho salubre, bem planejado e iluminado. Para a Diretora de Comunicação da APESP, Marialice Gonçalves (classificada na Unidade), "a mudança de um prédio no centro para um andar no Gonzaga promoveu maior interação entre os Procuradores e Servidores, fazendo o trabalho fluir melhor".

Com uma abrangência de 24 municípios da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, a PR de Santos tem como uma característica marcante o trabalho relativo às demandas ambientais e patrimoniais na área da Serra do Mar. Além disso, com o processo de desterritorialização, os 23 Procuradores de Santos e região têm apresentado um forte protagonismo ao atender demandas em núcleos especializados de medicamentos, servidores públicos, responsabilidade civil e ambiental em todo o Estado de São Paulo.



Taubaté e São José dos Campos – 20 de julho



Visita na PR de Taubaté

A PR de Taubaté está localizada no Vale do Paraíba, uma região que mescla áreas de proteção ambiental (litoral norte de São Paulo, Serra de Mantiqueira, Parque da Serra do Mar e Parque de Campos do Jordão) e um parque industrial de alta tecnologia em São José dos Campos (8º PIB paulista e o 20º do Brasil).

Dessa forma, a Unidade concentra um grande número de ações ambientais e também tem um grande protagonismo na arrecadação de tributos e no combate à sonegação fiscal. Paralelamente, como tem ocorrido com todas as Regionais, os 19 colegas da Unidade têm atuado de forma desterritorializada, atendendo demandas em núcleos especializados de ações relevantes para o Estado de São Paulo.



Visita na PR de São José dos Campos

São Carlos e Araraquara – 21 de agosto



Visita na PR de São Carlos e Seccional de Araraquara

A PR-12 abrange 33 municípios, com destaque para a Sede de São Carlos e a Seccional de Araraquara, duas cidades-polo com cerca de 250 mil habitantes. A região constitui importante força econômica do Estado de São Paulo, com vigorosos setores industrial e agropecuário, sendo ainda reconhecida pela presença de importantes Instituições de ensino superior, entre elas: a UFSCAR, a USP (São Carlos) e a UNESP (Araraquara). Em razão da desterritorialização da PGE-SP, os 12 colegas da Unidade têm atuado em núcleos especializados, atendendo demandas e atuando em ações relevantes para o Estado de São Paulo.

Para a Diretora do Interior e demais Unidades fora da Capital, Maria Cecília Claro Silva, que está classificada na Unidade, a valorização das Regionais é essencial. “Além de atuarmos nas importantes ações de todo o Estado de São Paulo, por meio dos núcleos especializados, somos o ‘cartão de visita’ da PGE-SP junto às autoridades locais e também à população da região”, frisou.

Repercussão na mídia

O APESP na Estrada ganhou destaque na mídia local de Santos e São Carlos. A Procuradora Chefe da PR de São Carlos, Regina Marta Cereda Lima Louzada, concedeu entrevista ao jornal Bom Dia Cidade, da EPTV – São Carlos (afiliada da Globo) e o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, concedeu entrevista ao jornal SBT Noticidade. Em Santos, a passagem da APESP pela cidade ganhou repercussão na “Tribuna”, no “Diário do Litoral” e no “BoqNews”. Confira no [link https://apesp.org.br/assessoria-de-imprensa/](https://apesp.org.br/assessoria-de-imprensa/) .



Hotel Vila Rossa, em São Roque, recebeu o Encontro Estadual de Procuradores. Confira as fotos!

Nos dias 1º, 2 e 3, a APESP realizou o seu XXIX Encontro Estadual de Procuradores, no Hotel Villa Rossa, em São Roque. Com uma programação especialmente preparada pela Diretoria da Associação, os associados confraternizaram com amigos e familiares e puderam aproveitar as atividades de lazer, a natureza e a ótima gastronomia.



Acesse o álbum completo de fotos no link <https://flic.kr/s/aHBqjATtWo> ou aponte sua câmera para o QRCode ao lado:



Balanço Geral do Estado de São Paulo: conheça os números da PGE-SP em 2022

A PGE-SP carece de uma melhor estrutura (carreira de apoio e a reposição de exonerações e aposentadorias) e também de ferramentas de gestão que valorizem trabalhos excepcionais (licenças compensatórias e indenizatórias).

Em 2022, apesar desses óbices, os 791 Procuradores do Estado emitiram 14.065 pareceres jurídicos, acompanharam mais de 1.087.951 milhão de processos e arrecadaram R\$ 3,79 bilhões em dívida ativa. A seguir, publicamos uma compilação do “Balanço Geral do Estado de São Paulo - Contas do Exercício de 2022 (seção PGE-SP)”:

- ▶ **Orçamento executado pela PGE-SP:** R\$ 1.567.757.841,87 (fonte: SIAFEM/SP). Destaque-se que apenas em arrecadação da dívida ativa, uma atribuição constitucional da Procuradoria, R\$ 3,79 bilhões foram arrecadados em 2022.

Contencioso Geral

- ▶ Número de processos em acompanhamento: 1.087.951;
- ▶ Celebração de Acordos Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta: 50;
- ▶ Número de abstenção de interposição de recursos: 95.446;
- ▶ Cálculos realizados por contadores: 18.825.

Contencioso Tributário-Fiscal

- ▶ Arrecadação da Dívida Ativa pelo Contencioso Tributário Fiscal: R\$ 3,79 bilhões, com um índice de recuperação de 2,45%;
- ▶ Razão de Recuperação Presente da Dívida Ativa: 1,40%.
- ▶ Em consequência das atividades do GAERFIS, foram obtidos os seguintes resultados em 2022 por meio de bloqueios judiciais e outras providências congêneres: *i*) R\$ 24.040.291,68 em ativos financeiros via SISBAJUD; *ii*) R\$ 264.787.466,11, correspondente a 189 imóveis urbanos e rurais; *iii*) R\$ 7.700.000,00, equivalente a 77 veículos automotores; *iv*) R\$ 500.000,00, referente a uma embarcação *v*) R\$ 175.966.025,44, correspondente a 32 marcas; *vi*) R\$ 816.068,00 a título de penhora de faturamento; e *vii*) R\$ 52.410.483,85 em penhoras de recebíveis; *viii*) R\$ 35.658.487,83 em reconhecimentos judiciais de fraude à execução.

Com o mesmo recorte, apurou-se, também, que foram celebrados parcelamentos que totalizam R\$ 214.237.445,70 e deferidas transações tributárias no montante equivalente a R\$ 214.303.498,27.

- ▶ Em 2022 foram enviadas 1.900.034 certidões da dívida ativa aos Cartórios de Protesto no montante total de R\$ 14.062.761.562,99. Do referido montante foram efetivamente arrecadados R\$ 1.913.336.344,93.

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM 2022

- ▶ Em 2022, a PGE-SP promoveu a inscrição em dívida ativa de 750.544 débitos no ano de 2022, no montante total de R\$ 30.666.417.092,90.

Consultoria e Assessoria Jurídica

- ▶ Número de Pareceres Jurídicos emitidos pela Consultoria Geral: 14.065;
- ▶ Procedimentos Disciplinares Presididos: 4.896;
- ▶ Edição de 1.138 portarias instauradoras de processos disciplinares;
- ▶ Conclusão de 1.284 sindicâncias/processos disciplinares;
- ▶ Realização de 3.169 audiências e de 6.261 depoimentos;
- ▶ Elaboração de 91 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado;
- ▶ Elaboração de 7.178 manifestações e 94 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE/SP.

Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG)

- ▶ 607 pareceres elaborados;
- ▶ 497 despachos;
- ▶ 168 cotas;
- ▶ 111 informações em Mandados de Segurança;
- ▶ 10 informações em *Habeas Corpus*;
- ▶ 02 informações em Mandados de Injunção;
- ▶ 23 respostas a ofícios de órgãos de controle.

Por meio da Resolução PGE nº 16/2018, a AJG passou a responder pela Consultoria Jurídica do Governo, tendo, no ano de 2021, desempenhado as seguintes atividades:

- ▶ 330 Pareceres;
- ▶ 140 Cotas;
- ▶ 6 Pareceres referenciais.

Assessoria Técnico-Legislativa (ATL)

- ▶ Análise de 113 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa;
- ▶ Elaboração de 66 Notas Técnicas, 104 Cotas e 42 Pareceres;
- ▶ Análise de 25 anteprojetos;
- ▶ Elaboração de 89 minutas de manifestações da PGE-SP sobre controle de constitucionalidade;
- ▶ Elaboração de 6 minutas de manifestações da PGE-SP em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços para receber queixas, reclamações e sugestões. Em 2022, o órgão proferiu 15.025 manifestações.

A paixão pelo futebol que não cabe em uma só camisa

“Sou apaixonado pelo futebol desde que as chuteiras eram pretas e as camisas eram usadas dentro do calção”. Assim o associado da APESP, Renato Bernardi, define a sua relação com o esporte mais popular do mundo, que teve início com os jogos que assistiu com seu pai no Estádio Alfredo de Castilho, o “Gigante da Vila Pacífico”, casa do Esporte Clube Noroeste, de Bauru.

Segundo Bernardi, que integrou a seleção baurense de futsal, “a paixão permanece até hoje e é expressada também por meio de uma coleção com cerca de 550 camisas de times e seleções variadas. A última adquirida foi a do Orlando Pirates, clube de futebol da África do Sul fundado em 1937, na cidade de Johannesburgo”.

O Procurador destaca um fato pitoresco ligado ao uniforme do seu time de coração. “Sempre achei interessante a variedade de cores e modelos usados pelos times de futebol. As cores podem ser aleatórias ou não. Quando o Corinthians foi criado, o time utilizava camisas creme com faixas pretas nos punhos e nas golas. Após sucessivas lavagens, a cor creme foi desbotando e, como a diretoria da época não possuía dinheiro para a aquisição de outro uniforme, decidiu-se adotar o branco como nova cor oficial, junto com os calções pretos”, conta.

O colega explica ainda que muitas das camisas têm significados que se relacionam com a história do time, mas outras são ligadas a assuntos externos, como as comunidades indígenas. “A terceira camisa do *Pacific FC*, do Canadá, tem um *design* incrível e significativo nesta temporada. A impressão em preto e branco mostra o salmão e o rosto de uma criança em toda a camisa. O salmão representa o rejuvenescimento e a resiliência dos povos indígenas; o rosto da criança aparece no centro e simboliza o futuro de uma vida mais positiva pela frente. Tudo isso me fascina”.

A coleção de Bernardi tem camisas do Real Madri, autografada por Cristiano Ronaldo, Higuain, Pepe, Casillas, Sérgio Ramos e outros; do Santos, autografada pelo Rei Pelé; do Corinthians, autografada por Cássio, Paolo Guerreiro, Fagner e outros.

“Algumas camisas têm destaque na coleção por conta da dificuldade de serem adquiridas, como a do *Ujpest*, de Budapeste, ou a do Nacional, time extinto, mas tradicional de São Paulo. Outras são raras por conta dos poucos exemplares colocados à venda, como a do Estrela Vermelha, de Belgrado”, frisa.

Outras chamam a atenção pela atuação extracampo do time, como a camisa do *St. Pauli*, de Hamburgo, na Alemanha, que foi a primeira equipe a banir a entrada no próprio estádio de torcedores adeptos do nazismo. “A maioria da torcida se considera antirracista, antifascista, anti-homofóbico e antissexista, o que ocasionalmente os coloca em conflito com neonazistas e *hooligans* em jogos fora de casa”, detalha Bernardi.



Renato Bernardi, Procurador do Estado, classificado na Regional de Marília (Seccional de Ourinhos), que ingressou na PGE-SP em 1994.



Camisa do Pacific FC do Canadá

Função social

Na esteira da Copa do Mundo Feminina, que foi disputada nos meses de julho e agosto, Renato Bernardi expôs sua coleção no Centro de Ressocialização (CR) de Ourinhos. “Foi sensacional! O ambiente confinado dos estabelecimentos carcerários pode levar a um sentimento de isolamento, desesperança e perda de conexão com o mundo exterior. Em meio a essa realidade, iniciativas que promovam a ressocialização, o bem-estar mental e a esperança são de extrema importância para aqueles que cumprem pena”, salienta.

“O futebol é uma paixão compartilhada por milhões de pessoas ao redor do mundo. Dentro e fora das prisões, ele é capaz de unir comunidades e transcender barreiras sociais, culturais e econômicas. Ao levar uma exposição de camisas de times de futebol para o ambiente carcerário, oferecemos uma janela para o mundo exterior aos indivíduos encarcerados, permitindo que se reconectem com algo tão enraizado em nossa sociedade e cultura”, completa Bernardi.

Ressocialização e crescimento pessoal: Bernardi levou sua coleção ao CR de Ourinhos. Em 20 de outubro, será a vez do CR de Lins



ACERVO SAP

Brincar é Sonhar: na véspera do Dia das Crianças, APESP entrega 208 brinquedos na creche da IALP

A felicidade do Dia das Crianças chegou mais cedo na Creche Comendador Piero Pollone, com a ação "Brincar é Sonhar" da campanha APESP Solidária. A Associação entregou em 11 de outubro, véspera da comemoração, 208 brinquedos para crianças em vulnerabilidade social, algumas com transtorno do espectro autista (TEA) da entidade, cuja mantenedora é presidida pelo colega Marcelo de Aquino.

A iniciativa, que já havia ocorrido em 2022, proporcionou novamente para os "pequenos e pequenas" (e também aos dirigentes da Associação) momentos de alegria, acolhimento e sonho.

"Novamente, ao chegar nessa creche de referência da cidade de Santo André, sentimos um ambiente de alegria e energia criada pela expectativa das crianças em receber os presentes. Foi muito emocionante ver toda essa felicidade", frisa o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

A Diretora de Comunicação da APESP, Marialice Gonçalves, que mais uma vez organizou a compra dos brinquedos, aponta a manutenção na qualidade do atendimento da creche da IALP. "Após um ano, percebemos que tudo está igual: o mesmo carinho dos funcionários, a qualidade das refeições e as atividades educacionais", destaca.

O Secretário Geral da APESP, José Luiz Souza de Moraes, parabenizou os funcionários da creche pela dedicação. "É possível notar, claramente, o amor envolvido no trabalho de todos. As crianças têm um acolhimento afetuoso e maternal", salienta.

"Há dois anos consecutivos os Procuradores do Estado de São Paulo proporcionam um dia especial às crianças da Creche Comendador Piero Pollone, entregando não só presentes pelo Dia das Crianças, mas carinho e acolhimento. Agradecemos muito a Diretoria da APESP por essa valiosa colaboração", destaca o associado Marcelo de Aquino.

Acesse o álbum completo de fotos nos links abaixo:

Google Drive: <https://bit.ly/46ILRx4>

Flickr: <https://flic.kr/s/aHBqjAYc9D>



Dirigentes da APESP com o associado Marcelo de Aquino

Expectativa: vamos entregar logo esses presentes?



O Presidente Fabrizio Pieroni, a Diretora de Comunicação Marialice Gonçalves e o Secretário Geral José Luiz Souza de Moraes logo após a entrega dos presentes.



A Dentista Vera Lúcia Moldes (à esq.), que atuou na creche da IALP por 34 anos, foi homenageada. A Coordenadora Pedagógica da entidade, Aline Scalco, escolheu um "kit dentista" como os brinquedos para as crianças.

Próxima doação de recursos será ao SEFRAS (capital de São Paulo), uma entidade que distribui refeições e cestas básicas para a população de rua e famílias carentes. Ademais, a entidade também está promovendo a campanha "Compartilhe amor, doe calor" para aquecer a população de rua nesse inverno. Ajude-nos com sua doação:

- PIX: apesp@apesp.org.br
 - Banco do Brasil: agência 4305-2 / c. corrente 399-9.
 - Banco Santander: agência 0001 / c. corrente 13-030648-4
- CNPJ: 62.654.124/0001-48

Apadrinhe uma ou mais crianças da IALP

A APESP convida seus associados para colaborarem com a campanha "APADRINHE UMA OU MAIS CRIANÇAS DA IALP". A creche Comendador Piero Pollone tem uma história de mais de 60 anos na prestação de relevantes serviços na área de assistência social e educação infantil para crianças entre 11 meses a 3 anos e 11 meses. O único compromisso que você assumirá é o de transferir mensalmente para a conta corrente bancária da Creche da IALP o valor de R\$ 75,00, por criança apadrinhada. Maiores informações no site



<https://ialp.org.br/ialp-apadrinhamento-2023>